



## Empregabilidade em debate

### Employability in debate

Cristiano Miguel Pontes Pereira<sup>(1)</sup>; Risoneide Pereira Nunes<sup>(2)</sup>;  
Conceição Maria Dias de Lima<sup>(3)</sup>

Página | 859

<sup>(1)</sup>Mestre pelo Programa em Dinâmicas Territoriais e cultura - PRODIC/UNEAL. Especialização em Desenvolvimento Regional pela UNEAL. Graduação em Serviço Social pela UFAL [cristianomiguel21@gmail.com](mailto:cristianomiguel21@gmail.com);

<sup>(2)</sup>Graduada em Zootecnia da UNEAL; [risonidenunes@hotmail.com](mailto:risonidenunes@hotmail.com);

<sup>(3)</sup>Doutora em Sociologia pela UFPE. Professora Titular da Universidade Estadual de Alagoas. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura – ProDiC/UNEAL; [ceicadidas@yahoo.com](mailto:ceicadidas@yahoo.com).

Todo o conteúdo exposto neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

*Recebido em: 23 de novembro de 2018; Aceito em: 07 de dezembro de 2018; publicado em 15 de 12 de 2018. Copyright© Autor, 2018.*

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo discorrer acerca da categoria empregabilidade no contexto da sociedade capitalista, buscando evidenciar os limites e possibilidades para a inserção no mercado de trabalho, através de uma perspectiva crítico-dialética realizou uma pesquisa bibliográfica, na qual recorremos a autores que estudam a temática proposta. Obtivemos como conclusão que: na sociedade capitalista existe uma discrepância entre a quantidade de oportunidades de trabalho que são ofertadas e a quantidade de pessoas que estão dispostas a trabalhar, restando assim, aos que não conseguem se inserir no mercado formal o ingresso no âmbito da informalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** sociedade capitalista, mercado, informalidade.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the category employability in the context of capitalist society, seeking to highlight the limits and possibilities for insertion in the labor market, through a critical-dialectic perspective carried out a bibliographical research, in which we resort to authors who study The proposed theme. We conclude that: in capitalist society there is a discrepancy between the number of job opportunities offered and the number of people who are willing to work, thus leaving those who can not enter into the formal market entry into the informal sector.

**KEYWORDS:** capitalist society, market, informality.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo discorrer acerca da categoria empregabilidade no contexto da sociedade capitalista, buscando evidenciar os limites e possibilidades para a inserção no mercado de trabalho.

A empregabilidade das pessoas com deficiência é uma temática que requer de seus estudiosos uma compreensão do modo como estas são tratadas na sociedade capitalista. Assim, devem ser considerados os limites que são impostos a este segmento, buscando evidenciá-los para refutar possíveis posicionamentos que atribuem às próprias pessoas com deficiência a responsabilidade por estarem desempregadas.

O interesse sobre o tema em questão ocorreu pelo fato de acreditarmos que as pessoas com deficiência ainda enfrentam inúmeras dificuldades para serem inseridas no mercado de trabalho, dentre estas a falta de oportunidades para obter a exigida qualificação profissional.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica se utilizando de autores que estudam a categoria empregabilidade com ênfase nas características inerentes ao modo de produção capitalista, seguindo uma perspectiva crítico-dialética, pois, fornece o conhecimento necessário para a apreensão dos fatores determinantes para a geração dos problemas sociais existentes em nossa sociedade, tal conhecimento não é pautado na aparência do problema e sim procura buscar a essência do mesmo.

Para a abordagem de nosso objeto de estudo estruturamos este trabalho da seguinte forma: primeiramente discutiremos acerca da categoria empregabilidade, destacando os principais fatores que contribuem para os sujeitos estarem ou não empregados, levando em consideração o contexto da sociedade capitalista, posteriormente abordaremos as principais características do setor do mercado de trabalho formal, porém apresentando o âmbito da informalidade como alternativa propagada pelos governantes para os que não conseguem uma oportunidade no restrito mercado de trabalho.

## COMPREENDENDO A EMPREGABILIDADE

O trabalho é um direito fundamental para a sobrevivência do homem na sociedade, porém esta não é uma particularidade da sociedade capitalista, pois mesmo nas sociedades pré-capitalistas os homens necessitavam de trabalhar para adquirir os meios necessários para a sua subsistência e de sua família. Todavia na sociedade capitalista existem algumas peculiaridades, dentre as quais podemos destacar: nesta sociedade há uma discordância entre o número de pessoas que buscam uma oportunidade de trabalho e a quantidade de vagas que são disponibilizadas. Tal situação se reflete em um vasto contingente de desempregados que ficam lutando por uma oportunidade no competitivo mercado de trabalho, sendo denominados por Marx de exército industrial de reserva ou de superpopulação relativa.

Para Marx (1996) a disponibilidade de um exército industrial de reserva é inerente ao modo de produção capitalista, pois este necessita de material humano sempre pronto para ser explorado, substituindo os trabalhadores que não se adequem as péssimas condições de trabalho, bem como a baixa remuneração oferecida.

O mercado de trabalho no modo de produção capitalista é bastante restrito, por absorver somente uma pequena parcela da força de trabalho que está apta a trabalhar, utilizando como critérios de seleção as habilidades e o grau de qualificação profissional que estas possuem, contratando apenas as que demonstrarem uma maior capacidade de produtividade. O profissional para ser inserido no seletivo mercado de trabalho tem que ter disponibilidade de seguir todas as normas impostas pelo capital, dedicando-se ao máximo para atender as perspectivas do mesmo, não podendo apresentar nenhum tipo de limitação que possa afetar a sua produtividade.

A qualificação profissional é, portanto, a principal exigência do mercado para que ocorra a contratação de força de trabalho, sendo também utilizada como fonte de lucratividade, devido ao crescimento da procura por cursos profissionalizantes pelos que almejam uma colocação profissional. Embora adquirir a exigida qualificação não garanta aos sujeitos à empregabilidade e sim contribua para que o capital absorva somente aqueles que demonstrarem ser mais capacitados para atuar no competitivo mercado de trabalho.

O termo empregabilidade é bastante usado na contemporaneidade para justificar o problema do desemprego, devido a seu significado estar relacionado com a capacidade dos sujeitos de se qualificar para ser inserida no mercado de trabalho, como também a

capacidade do próprio mercado de absorver o contingente de força de trabalho que almeja uma oportunidade de emprego.

Segundo Delboni (2008, p.1):

A palavra empregabilidade teve origem nos Estados Unidos (employability), como referência ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (portanto, um conjunto de competências) que tornam o profissional importante não apenas para sua organização, mas para toda e qualquer empresa que venha a necessitar de seu trabalho.

De acordo com a autora no Brasil, o termo empregabilidade foi utilizado pela primeira vez no final da década de 1990, por José Augusto Minarelli, o qual relacionava tal categoria teórica com a capacidade do profissional em conseguir um emprego e manter-se empregado, já que o mercado de trabalho, em virtude do processo de globalização da produção, dos avanços tecnológicos e da abertura das economias, apresenta constantemente novas demandas, sendo necessário que seus profissionais estejam qualificados para atender as expectativas dos empregadores.

A empregabilidade é, portanto, um conceito utilizado com a finalidade de individualizar o problema do desemprego, ou seja, o próprio sujeito é responsável por estar ou não empregado. Todavia, a ação de auto-responsabilizar as pessoas pelo fato de estarem ou não empregadas desconsidera que o número de vagas ofertadas pelo mercado de trabalho é inferior ao de pessoas disponíveis ao trabalho e que a empregabilidade não resolve o problema de modo coletivo e sim individual. O fato de um desempregado conseguir um emprego não elimina este problema da sociedade e sim do próprio indivíduo que é inserido no mercado de trabalho.

A empregabilidade é uma categoria bastante complexa, pelo fato de envolver diversos fatores que são fundamentais para quem pretende conseguir um emprego, dentre estes: a aquisição de uma educação formal de qualidade; qualificação profissional que envolve a aprendizagem de outros idiomas e do domínio dos instrumentos tecnológicos presentes no atual mercado de trabalho. Mas a complexidade desta categoria está atrelada à forma como se configura o mercado de trabalho regido pela lógica do modo de produção capitalista, pois nem todas as pessoas possuem os recursos necessários para se qualificar e mesmo as que possuem não são inseridas em sua totalidade, devido a haver mais força de trabalho do que propriamente emprego.

Conforme afirma Alves (2007, p.253):

A educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna.

Sendo assim, adquirir novas habilidades é preponderante para que os indivíduos possam pelo menos ter o direito a competir por uma vaga de emprego, podendo obter o sucesso esperado caso os seus concorrentes não possuam o seu mesmo nível de qualificação.

De modo geral, é de suma importância discutir a categoria empregabilidade com base na forma como se configura o processo de trabalho regido pelo modo de produção capitalista, pois, a compreensão do seu funcionamento irá nos permitir identificar os limites e as possibilidades de inserção da classe trabalhadora em geral, bem como as estratégias utilizadas pelo próprio capital para que os desempregados também passem a contribuir para o seu desenvolvimento.

## **EMPREGO FORMAL PARA POCOS**

No Brasil, a partir da década de 1990, o setor formal sofreu uma considerável queda no que concerne à geração de vagas de emprego, em virtude da adesão à política neoliberal que, dentre outros aspectos, desencadeou a lógica da subordinação pela precarização do trabalho, resultando na desestruturação do mercado de trabalho.

O processo de trabalho está exigindo cada vez mais das pessoas, os que desejam trabalhar formalmente têm que ter uma maior escolaridade, qualificação profissional, tem de estar atualizados com as mudanças que ocorrem no MUNDO do trabalho e dominar os instrumentos tecnológicos que estão sendo utilizados. Sendo assim, a qualificação profissional é só um dos requisitos para a inserção no mercado de trabalho, porém a sua supervalorização é conveniente para mascarar os mecanismos utilizados pelo capitalismo para conservar o seu elevado exército industrial de reserva que buscam uma oportunidade de emprego aceitando as condições impostas, como o aumento da exploração e a diminuição da valorização do trabalho.

Segundo Pochman (2010), com a efetividade da programática neoliberal no Brasil, ocorreu o crescimento do desemprego, de postos de trabalho precários, além do desassalariamento. Conforme o autor, de cada 10 (dez) trabalhadores que almejavam uma vaga no mercado de trabalho durante os anos 90 (do século XX), somente 6 (seis)

encontraram alguma ocupação e, dentre estes, apenas 4 conseguiram um emprego com carteira assinada.

Diante deste cenário, no qual se evidencia uma redução das vagas de emprego no setor formal, os trabalhadores descartados não têm perspectiva de conseguir outro emprego assalariado, com carteira assinada, e são obrigados a procurar outros meios para suprir suas necessidades. Passam, então, a atuar em sua maioria no âmbito da informalidade, resultando no crescimento do mercado de trabalho informal.

Para Tavares (2010, p.52):

Toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos, que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadorias, consubstancia trabalho informal.

A autora apresenta como principal característica que diferencia o setor formal do informal, o fato do trabalho formal ser protegido, pois os seus integrantes gozam de todos os direitos trabalhistas assegurados por lei, ao contrário dos que estão inseridos no setor informal, que não possuem carteira de trabalho assinada, implicando na inacessibilidade destes direitos.

A informalidade é vista pelos governantes como solução para o problema do desemprego, tendo em vista que estes não conseguem promover uma maior abertura de vagas de emprego no mercado formal de trabalho, por isso divulgam a informalidade como sendo uma “luz no fim do túnel” para os sujeitos que está há bastante tempo desempregados. O governo passa, então, a propiciar facilidades para os que desejam montar o seu próprio negócio, auxiliando estes na administração do empreendimento, como também fornecendo recursos financeiros, em condição de empréstimo, para consolidação do mesmo.

O incentivo à migração para o trabalho informal ocorre também pelo fato de que esta modalidade de trabalho reduz os custos da produção, devido à produção ser realizada fora das empresas, como é o caso do trabalho em domicílio, e como os demais tipos de trabalhos informais não há vínculo empregatício entre contratante e contratado.

Podemos inferir após a nossa discussão que políticas públicas que visem à real ampliação do emprego formal, com ênfase na educação e formação profissional de jovens e adultos, não são condizentes com a lógica do sistema capitalista, o que nos reporta à ideia de que o aumento do investimento nessa área somente servirá como forma de amenizar o problema do desemprego, mas não o resolverá. O trabalho informal por sua

vez continuará sendo visto pelos governantes como uma alternativa de absorção de força de trabalho, na medida em que possibilita aos excluídos do mercado formal de trabalho a contribuírem para o desenvolvimento capitalista, se utilizando sempre da exploração da mão-de-obra e das grandes jornadas de trabalho.

## CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho buscamos discutir acerca da categoria empregabilidade, entendendo a mesma como sendo um mecanismo utilizado pelo sistema capitalista de produção para transferir para os próprios sujeitos a responsabilidade por estarem ou não empregada.

A qualificação profissional surge como principal exigência para a inserção no mercado formal de trabalho, cabendo aos sujeitos a responsabilidade de sua obtenção, para que assim possam lutar por uma vaga de emprego. Já os que não conseguirem a sua inserção no âmbito formal buscam como alternativa a informalidade, pois é uma estratégia adotada pelo capitalismo para absorver a parcela da população que até o momento não está contribuindo para o seu desenvolvimento.

Sendo assim, a pesquisa foi de grande valia, pois nos permitiu evidenciar os limites e possibilidades de inserção no mercado de trabalho em meio à sociedade capitalista, promovendo uma reflexão crítica em torno dos mecanismos utilizados por este sistema de produção vigente, que propaga a responsabilização dos indivíduos por estarem ou não empregados e mascaram a necessidade do capital em conter em seu processo um exército industrial de reserva disponível para substituir os que não obedecerem as regras vigentes.

## REFERÊNCIAS

1. ALVES, Giovanni. *Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade*. São Paulo: Praxis 2ª Ed., 2007.
2. DELBONI, Denise Poiani. *Empregabilidade e o mercado de trabalho no Brasil*. 2008. Disponível em: [www.delboni.adv.br/download/artigos/001.doc](http://www.delboni.adv.br/download/artigos/001.doc). Acesso em: 23 de julho de 2011.

3. POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil : avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
4. TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal os fios invisíveis da produção capitalista. *REVISTA OUTUBRO*, N. 7, p. 50-60, 2002. Disponível em: [www2.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf](http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf). Acesso em: 13 de dezembro de 2011.
5. \_\_\_\_\_. O trabalho informal e suas funções sociais. *Revista PRAIAVERMELHA*, v. 20 nº1, p. 21-36, Jan-Junho 2010. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/article/view/140/91>. Acesso em: 13 de dezembro de 2011.